



Seminário Doutoral e-sustainability 2017, Universidade Aberta, 2 – 3 de junho

## Quando as cidades se transformam em espaços de Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Celeste Frazão<sup>1</sup>, Filomena Amador<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Aberta e Escola Secundária Afonso Lopes Vieira - [1201274@estudante.uab.pt](mailto:1201274@estudante.uab.pt)

<sup>2</sup> Universidade Aberta e CIDTFF – [famad@uab.pt](mailto:famad@uab.pt)

### Resumo

Nas últimas décadas, a maioria das cidades passou por processos de crescimento demográfico intenso, associados à expansão da atividade económica, ao esbater das fronteiras entre espaços urbanos e rurais, a migrações populacionais e a outros fenómenos sociais, com impacto a nível educativo. Como consequência destas inúmeras alterações têm vindo a surgir uma série de projetos internacionais e nacionais, como o Movimento das Cidades Educadoras que visam repensar e agir de forma a permitir às cidades do século XXI transformarem-se em espaços educativos, com ênfase na Educação para o Desenvolvimento Sustentável. O Movimento Cidades Educadoras é um dos exemplos. Com caráter internacional é um movimento da responsabilidade dos municípios que o subscrevem e que visa criar condições, através de estratégias de cooperação a nível local, para a mobilização de recursos de natureza pública e privada, centrando-se na ideia da cidade como espaço educativo. Exige a criação de novas formas de governança, assim como a promoção de dinâmicas que permitam caminhar para a sustentabilidade. Neste trabalho, começamos por apresentar diversos movimentos nas últimas décadas congêneres e posteriormente atribui-se destaque à evolução do Movimento Cidades Educadoras, analisando-se para o efeito as temáticas e a iconografia associada aos congressos internacionais. Os resultados evidenciam mudanças societais, culturais e ideológicas, tanto expressas a nível global como local, assim como dinâmicas de intervenção diversas. A nível metodológico privilegia-se o paradigma qualitativo de base hermenêutica, suportado na técnica de análise de conteúdo aplicada ao *corpus* visual da simbologia relativa a cada congresso.

**Palavras-chave:** Cidades, Educação, Cidades Educadoras, Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

### 1. Introdução

As cidades são espaços problemáticos e, em simultâneo, desafiadores. O elevado crescimento demográfico, as desigualdades, a exclusão social, assim como muitas outras questões são problemas a exigirem soluções inovadoras. Por sua vez, o conceito de “sustentabilidade” tem vindo a evoluir como resultado da adaptação a novos contextos. Estes dois aspetos justificam em grande parte o emergir de diversos movimentos que visam repensar e alterar as atuais dinâmicas das cidades. Embora com alguns aspetos comuns, diferenciam-se por vezes nos fundamentos teóricos e nos objetivos que visam alcançar. Entre eles destacamos neste trabalho o Movimento Cidades Educadoras (MCE), que nasceu em 1990 com o 1º Congresso das Cidades Educadoras (CE), em Barcelona, onde as cidades aderentes se comprometeram a desenvolver projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida das populações.

O projeto MCE pode ser um marco de referência, já que procura dar visibilidade aos problemas que a maioria das cidades, nas últimas décadas têm vivenciado, muitos desses problemas relacionados com o estilo de vida e com padrões de consumo insustentáveis, devendo a administração local assumir responsabilidades nos planos de desenvolvimento integral do território, através de uma liderança capaz de apoiar, propor, angariar esforços, gerar sinergias e operacionalizar as iniciativas acordadas, com o protagonismo de todos. O papel da escola, neste contexto, é criar condições necessárias à exequibilidade da cidadania, através da socialização da informação, da discussão, da transparência, criando-se assim, uma nova mentalidade, uma nova cultura face ao carácter público do espaço da cidade (Gadotti, 2004). Iniciámos este estudo, com uma breve abordagem a um conjunto de movimentos e dinâmicas, incluindo o MCE.

## 2. As cidades como espaços de educação: movimentos e dinâmicas

De acordo com o relatório Cidades Sustentáveis 2020, as cidades são “sistemas abertos e dinâmicos, sobre os quais interagem múltiplos agentes, em distintas escalas temporais e espaciais. As cidades contemporâneas apelam a novas leituras e entendimentos, bem como ao estabelecimento de novas fronteiras e dimensões de análise e de intervenção” (p.11). A afirmação anterior justifica que se estabeleçam três dimensões territoriais estratégicas para a intervenção nas cidades: a intraurbana, a cidade-região e a interurbana. Estes elementos fornecem o enquadramento necessário para a utilização dos conceitos de “desenvolvimento urbano sustentável” e “Desenvolvimento Sustentável”(DS), que integram os domínios: económico, social, ambiental, cultural e de governança.



Figura 1. - Cidades Sustentáveis 2020.

Ao analisarmos a fig. 1, parte do referido relatório, verificamos que a dimensão educativa só de forma implícita está presente. Poderemos apenas destacar os eixos 2 e 3 (“sustentabilidade & eficiência” e “inclusão & capital humano”) como os que mais se aproximam da dimensão educativa. Porém, a ideia com que se fica é que o nível educativo é dado como adquirido, estando os cidadãos já por si capacitados com as competências necessárias para resolver os vários problemas relacionados com a sustentabilidade o que a nosso ver não corresponde á realidade. Como já referimos, para além do MCE têm surgido outros movimentos e projetos que procuram responder ao crescimento das cidades, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Entre os vários projetos destacamos alguns pelas características inovadoras e pelo impacto que têm ou tiveram a nível do desenvolvimento local e da educação.

#### i) Cidades inteligentes/*Smart Cities*

De acordo com Chourabi *et al.* (2012) não existe consenso académico sobre o significado do termo *smart city*. Porém, estes autores consideram existir oito fatores a ter em consideração: 1) gestão e organização; 2) tecnologia; 3) governança; 4) política; 5) indivíduos e comunidades; 6) economia; 7) infra-estruturas construídas; 8) natureza e ambiente. Este movimento tem estado intrinsecamente ligado à economia e ao conhecimento através do uso das TIC. Relaciona o capital humano, os recursos sociais, infraestruturas e tecnologias de modo a responder às necessidades de carácter público. Procura ainda obter o DS e consequentemente aumentar a qualidade de vida dos cidadãos.

#### ii) Cidades criativas

A Rede de Cidades criativas foi criada pela UNESCO, em 2004, com o objetivo de promover o desenvolvimento social, económico e cultural das cidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. As cidades candidatas à rede procuram promover a criatividade local e ao mesmo tempo seguirem os objetivos de missão da UNESCO relativamente à diversidade cultural. A adesão à rede abrange sete temas: artes e media, gastronomia, literatura, cinema, música, artesanato e arte popular e *design*. Procura-se ainda desenvolver a cooperação internacional entre as cidades, sendo a criatividade considerada como fator estratégico para o DS (Evans, 2009). Em Portugal a rede das cidades criativas funciona como sistema de experimentação de políticas públicas, desde a sua concetualização, adoção e aplicação em contexto municipal, com o fim de disseminar as melhores práticas em todo o território nacional.

#### iii) Cidades saudáveis

O projeto das Cidades Saudáveis teve o seu início em finais dos anos setenta, com o objetivo de promover e melhorar a qualidade da saúde e do ambiente urbano, segundo as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Surgiu na cidade de Toronto e o seu conceito foi difundido através de uma rede de cidades, países e regiões por todo o mundo, dando origem a um movimento internacional. A Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis (RPCS) contempla uma série de municípios unidos pelo desejo de promover a saúde, e a qualidade de vida das comunidades que representam (Rito *et al.*, 2015). Assim, uma cidade saudável deverá ser inclusiva, sensível e pensada para todos os cidadãos.

#### iv) *Garden city movement*

Este movimento surgiu, em 1898, no Reino Unido. Corresponde a um método de planeamento urbano, das “cidades jardim”, rodeadas por áreas verdes e áreas habitacionais, assim como áreas dedicadas à indústria e à agricultura (Grant, 2014). Este movimento procurou chamar a

atenção dos planeadores e reformuladores de políticas para a importância da criação de bairros resilientes e mais sustentáveis. Pretendeu assim, responder a um rápido crescimento, não planificado, das cidades para a periferia, para além de instituir reformas sociais e novos ideais de urbanismo. Estava prevista para estas cidades, o usufruto de todos os edifícios públicos necessários a uma cidade, nomeadamente, escolas, comércio, igrejas e serviços industriais.

vi) *Ecovillages*

O conceito de “Ecovilages” é definido pela Rede Global de Ecovilages (2013), como “uma comunidade intencional que utiliza processos participativos locais para integrar de forma holística dimensões ecológicas, económicas, sociais e culturais de sustentabilidade, com o objetivo de regenerar ambientes naturais e sociais”. As “Ecovilages” surgem de um movimento mundialmente integrado, que procurava criar comunidades autossuficientes, sustentáveis e em harmonia com o meio ambiente (Lockyer e Veteto, 2013). As ideias e o próprio movimento ganharam notoriedade com as conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente em 1992, assim como em outras conferências posteriores. É objetivo destas comunidades, o conhecimento e a partilha de ideias, tecnologias, elementos culturais e educação, entre outros aspetos. Dedicam-se a restaurar a terra e a viver uma vida cooperativa e sustentável.

vii) *New towns*

O conceito de “*New towns*” surgiu em 1981, na sequência da Lei de Cidades de 1965 (Parlamento do Reino Unido) que permitiu ao governo inglês designar algumas áreas como novas cidades. O significado deste conceito referia-se a uma cidade construída sobre uma “terra livre”, ou seja, disponível e com um plano estabelecido e sujeito a supervisão de um especialista. A ideia deste tipo de cidades procurava responder às problemáticas existentes. Assim, pretendia-se colmatar a pobreza, o excesso populacional e o desemprego, criando mais emprego, mais prosperidade e coesão social (Hardy, 2003).

viii) *Slow cities*

O movimento *Cittaslow* (*Slow cities*) foi fundado em Itália em 1999. A fonte de inspiração para as *Cittaslow* foi a organização internacional *Slow Food* (Mayer e Knox, 2006). Este movimento funciona, em cada país, através da criação de uma rede nacional, atenta às características e especificidades de cada território. A categoria *Slow cities* representa uma marca de qualidade e de compromisso perante os habitantes, turistas e investidores da cidade, nomeadamente, a aposta na sustentabilidade. Está subjacente a estas cidades a defesa e preservação da identidade, a caracterização e apoio dos seus ativos, como espaços de lazer e de cultura e a respetiva acessibilidades a todos, de igual modo, entre outros aspetos que são valorizados.

ix) Movimento das Cidades Educadoras

O conceito de CE apresenta-se como “(...) significante de uma proposta integradora de educação formal, não formal e informal, gerada pela cidade, para todos os seus habitantes e reveladora de um compromisso político, público e ativo, que respeita as famílias e as escolas, mas também os municípios, associações, indústrias culturais, empresas, instituições e entidades coletivas” (Figueras, 2008, p.19). Este conceito tem na sua génese, a ideia de que educar é uma responsabilidade de toda a sociedade, e de que a educação não se deve centrar

exclusivamente na escola, sendo um direito de todos ao longo de toda a vida. A Carta de Princípios do Movimento Cidades Educadoras e a Declaração das Cidades Educadoras para o Desenvolvimento Sustentável são documentos seminais para a compreensão do Movimento, embora a nosso ver ambos necessitem de profundas alterações.

### 3. Métodos

Neste estudo utilizamos uma metodologia qualitativa de cariz descritivo e hermenêutico (Cohen, Manion e Morrison, 2013). Depois de se apresentarem os vários projetos, detemos a nossa atenção no MCE, procurando a partir da análise das temáticas dos respetivos congressos internacionais e da iconografia (logotipos) a ele associados perceber a respetiva evolução e interpretá-la. A organização dos Congressos Internacionais é reservada exclusivamente às cidades membros da AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras), possuindo uma periodicidade bianual. A pesquisa dos congressos foi efetuada através da AICE. A análise iconográfica assume uma fase exploratória, cuja intensão final foi a criação de categorias de acordo com as normas estabelecidas para os processos de análise de conteúdo (Krippendorff, 2012).

### 4. Resultados

Como podemos observar através dos movimentos e dinâmicas apresentados, são muitos os desafios colocados às cidades, não só para resolver os problemas atuais, mas também para as tornar mais inovadoras, competitivas e sustentáveis. As cidades ao aderirem a este tipo de movimentos procuram promover-se e adquirir maior visibilidade - “marketing territorial”, visando atraírem mais pessoas, maior investimento, e, concomitantemente, mais crescimento e desenvolvimento.

Com o objetivo de compreender a evolução do MCE, que de alguma forma pode também servir para interpretar, as problemáticas que progressivamente foram introduzidas e a respetiva influência geográfica, procedeu-se a uma análise dos congressos internacionais realizados até à atualidade no âmbito do MCE. As cidades escolhidas para a realização dos referidos congressos apresentam como características, uma elevada densidade populacional e uma componente económica, cultural e social bastante desenvolvida. Na tabela 1 elencam-se as temáticas dinamizadas nos diversos congressos internacionais.

Tabela 1 – Temáticas abordadas em congressos internacionais do MCE.

Ano	Cidade/País	Tema	Logotipos
1990	Barcelona/Espanha	“A cidade educadora para crianças e adolescentes”	
1992	Gotemburgo/Suécia	“A educação permanente”	
1994	Bolonha/Itália	“O multiculturalismo: reconhecer-se para uma nova geografia das identidades”	

1996	Chicago/EUA	“As artes e as humanidades como agentes de mudança social”	
1999	Jerusalém/Israel	“Aproximar o legado e a história ao futuro”	
2000	Lisboa/Portugal	“A cidade, espaço educativo do novo milénio”	
2002	Tampere/Finlândia	“O futuro da educação. O papel da cidade em mundo globalizado”	
2004	Génova/Itália	“Outra cidade é possível. O futuro da cidade como um projeto coletivo”	
2006	Lyon/França	“O lugar das pessoas na cidade”	
2008	São Paulo/Brasil	“Construção de Cidadania em Cidades Multiculturais”	
2010	Guadalajara/México	“Desporto, Política Pública e Cidadania. Desafios da Cidade Educadora”	
2012	Changwon /Coreia do Sul	“Ambiente verde e Educação Criativa”	
2014	Barcelona/Espanha	“Uma cidade educadora é uma cidade que inclui”	
2016	Rosario/Argentina	“As cidades: Territórios de Convivência”	

A realização dos Jogos Olímpicos de 1992, em Barcelona, traduziu-se na necessidade de introduzir grandes transformações arquitetónicas. Este facto está associado à criação do MCE e ao seu primeiro congresso onde se apostou na *educação das crianças e dos adolescentes*. O congresso seguinte também não se afasta muito desta temática, mas alarga o leque etário ao abordar a *educação permanente/formação ao longo da vida*. Por sua vez, Bolonha, Chicago e Jerusalém marcam a introdução de outras temáticas, expressas também em

logotipos com maior carga simbólica. O *multiculturalismo, artes e humanidades como agentes de mudança social e aproximar o legado e a história ao futuro*. São três temas inovadores neste contexto, que refletem preocupações sociais e políticas que estavam a ganhar destaque no fim do século XX.

Segue-se depois um período mais centrado na educação, com o congresso de Lisboa assente numa perspetiva da educação para o novo milénio e na necessidade de olhar a *cidade como um espaço educativo*. Foi um marco muito importante na história do MCE e particularmente para a educação, já que esta passa a ser vista fora dos “muros da escola” em direção a todo um “território educativo”. O congresso seguinte, na Finlândia, alarga estes conceitos e aborda-os no âmbito da globalização. Os próprios logotipos parecem sugerir esta continuidade e reforçarem a ideia de expansão.

O congresso de Génova é marcado pela revisão da Carta de Princípios e por um repensar do futuro da cidade como um projeto coletivo, o que justifica a representação de um globo ocular de onde partem e chegam linhas de múltiplas cores. Lyon, em 2006, apresenta-se talvez com o logotipo mais interessante e destaca o *lugar das pessoas na cidade*, tema que consideramos assumir-se na continuidade da reflexão e das mudanças introduzidas pelo congresso de Génova.

Em contraposição, São Paulo (2008) volta a redirigir a temática para as questões da construção da *cidadania em cidades multiculturais*. Gualajara (2010), no México, introduz um assunto inovador nestes congressos, o desporto associado a práticas de cidadania. Em 2016, Rosário (Argentina) retoma a problemática dos *territórios inclusivos, solidários e de convivência*. Entre estes dois últimos eventos realiza-se o primeiro congresso na Ásia, mais precisamente na Coreia, em Changwon (2012), que tem por tema *ambiente verde e a educação criativa*, embora esta última muito dirigida para a economia do conhecimento e numa perspetiva de competição.

A análise iconográfica realizada conduziu à definição das categorias referidas na tabela 2, cuja aplicação à amostra revela a associação dos princípios do MCE à ideia de diversidade, expressa através da cor e, a imagens que sugerem movimento, principalmente no sentido a divergência a partir de um ponto, seja ele central ou lateral face desenho. É interessante referir que as imagens estáticas surgem essencialmente quando os congressos se focaram em problemáticas mais centradas no local.

Tabela 2 – Categorias e subcategorias que emergiram da análise.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	TOTAL
Cor	> 2	10
	≤ 2	5
Movimento	Linear	3
	Cíclico	2
	Divergência a partir de um ponto	6
Imagem estática		3



Figura 2 – Logotipo do congresso de 2018 (Cascais – Portugal).



Figura 3 – Material de divulgação do próximo congresso internacional das Cidades Educadoras.

Em 2018, o congresso internacional irá realizar-se pela segunda vez no nosso país, em Cascais, e terá como tema *a cidade pertence às pessoas*. Ainda sem programa importa compreender como se conciliará o indivíduo com o Outro e com o todo, que é a cidade, mas para já estão definidos os três grandes eixos: i) a cidade; ii) a pertença; iii) as pessoas. Curiosamente, embora o logotipo oficial usado em vários documentos relativos ao congresso (fig. 2) valorize o indivíduo e a diversidade, em outro texto a imagem é retrabalhada e torna-se evidente a preocupação com a constituição de redes (fig.3)

## 5. Conclusões

Refletir sobre a relação entre educação e cidade é obrigação não só de professores, como todos os cidadãos, tenham eles funções executivas, políticas ou outras. A análise efetuada dá-nos a conhecer a dinâmica do MCE, nomeadamente na sua dimensão internacional. A realização destes congressos internacionais, representam um momento-chave na vida da AICE. Têm como objetivo, o culminar de um trabalho contínuo e sustentável das cidades, já que são aprofundados vários aspetos específicos da Carta das CE. Por outro lado, a partilha de experiências, certamente aumentará o conhecimento, a aprendizagem e o estabelecimento de novos contactos entre parceiros de diversos países e uma maior facilidade em possíveis colaborações.

## Referências

AICE - Asociación Internacional de Cidades Educadoras.  
<http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPortadaAc.do>. [6 de janeiro de 2017].

Chourabi, H., Nam, T., Walker, S., Gil-Garcia, J. R., Mellouli, S., Nahon, K., ... & Scholl, H. J. (2012). Understanding smart cities: An integrative framework. In *System Science (HICSS), 2012 45th Hawaii International Conference on* (pp. 2289-2297). IEEE.

- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2013). *Research methods in education*. Routledge.
- Evans, G. (2009). Creative cities, creative spaces and urban policy. *Urban studies*, 46(5-6), 1003-1040.
- Figueras, P. (2008). Ciudades Educadoras, una apuesta de futuro. *Educación y Vida Urbana: 20 años de ciudades educadoras*. Edição da Asociación Internacional de Ciudades Educadoras. Barcelona. Editora Santillana.
- Gadotti, M. (2004). O Fórum Mundial de Educação e a Reinvenção da Cidadania. *ECCOS Revista Científica*. Brasil, pp. 103-117.
- Grant, J. L. (2014). Garden city movement. In *Encyclopedia of quality of life and well-being research* (pp. 2394-2396). Springer Netherlands.
- Hardy, D. (2003). *From garden cities to new towns: Campaigning for town and country planning 1899-1946*. Routledge.
- Lockyer, J., e Veteto, J. R. (Eds.). (2013). *Environmental anthropology engaging ecotopia: bioregionalism, permaculture, and ecovillages* (Vol. 17), pp. 1-35 Berghahn Books.
- Krippendorff, K. (2012). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage.
- Mayer, H., & Knox, P. L. (2006). Slow cities: Sustainable places in a fast world. *Journal of urban affairs*, 28(4), 321-334.
- Relatório Cidades Sustentáveis 2020 (2015). [http://www.dqterritorio.pt/static/repository/2015-04 \(...\)](http://www.dqterritorio.pt/static/repository/2015-04 (...)) [10 janeiro de 2017].
- Rito, A., Garcia, R., Alves, E., & Ferreira, M. (2015). Avaliação de projetos de promoção da saúde ao nível local: a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis. In *XIV Congresso de Nutrição e Alimentação, Associação Portuguesa dos Nutricionistas, 21-22 maio 2015*.